

Diário do Legislativo de 12/08/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 8ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 28/6/2006

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Leonardo Quintão, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Leonardo Quintão, declara aberta a reunião e, com base no inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o transporte escolar na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com ênfase nos seguintes itens: isenção de ICMS para aquisição de veículos; parcelamento do DPVAT; isenção de IPVA; e curso no Sest/Senat para aperfeiçoamento dos motoristas e auxiliares do transporte escolar. Registra-se a presença dos Srs. Geraldo Antônio de Paula, Diretor de Transportes da Secretaria Municipal de Trânsito de Contagem, representando o Sr. Wanyr Notini Pereira Filho, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Contagem; Weliton Leal, Gerente de Controle de Permissões, representando o Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, Diretor-Presidente da BHTRANS; Maria Cecília Lopes de Abreu, Coordenadora de Educação de Trânsito, e Carlos Alberto Costa e Silva, Coordenador de Administração de Trânsito, representando o Sr. Eduardo Betti Menezes, Chefe do Detran; Hildan Godoi, Chefe da Divisão Técnica da Diretoria de Transporte Metropolitano do DER-MG, representando o Sr. José Élcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; e Renato Soares, transportador escolar, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2006.

Padre João, Presidente.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 62ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 16/8/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.076, que institui o Dia da Conscientização sobre a Carga Tributária. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.604/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.677 e 6.678/2006, do Deputado Bilac Pinto; 6.679/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.683/2006, do Deputado Bilac Pinto; 6.685/2006, do Deputado José Henrique; 6.707 e 6.708/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.720 e 6.721/2006, da Deputada Ana Maria Resende; e 6.733/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.734 e 6.735/2006, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.737 a 6.746/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 6.781/2006, do Deputado Doutor Viana; e 6.787/2006, do Deputado Agostinho Patrús.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

60ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discurso Proferido em 8/8/2006

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, pedi para discutir o Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. Esse projeto foi encaminhado às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira e, em todas elas, teve parecer favorável, tendo a Comissão de Justiça apresentado o Substitutivo nº 1, que foi aprovado; posteriormente, as Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira optaram pela aprovação na forma daquele mesmo Substitutivo nº 1.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 2.675/2005 dispõe sobre a política estadual de incentivo ao turismo educativo e dá outras providências.

Irei explicar, portanto, o porquê de discutir esse projeto. O projeto, Deputado Durval Ângelo, decreta, em seu art. 1º: "Fica instituída a política estadual de incentivo ao turismo educativo, que visa a possibilitar aos alunos das escolas da rede pública estadual o acesso cultural, artístico e turístico no Estado de Minas Gerais". Portanto, o projeto institui uma política estadual de incentivo ao turismo educativo, que evidentemente tem da nossa parte apoio, pela sua sensibilidade e pelo seu alcance social, visto que o turismo educativo é, de fato, algo que vimos solicitando tenha uma implementação em Minas Gerais mais favorável. A política de turismo em nosso Estado carece de instrumentos mais qualificados, em especial o turismo educativo. Por isso, o Deputado George Hilton preocupou-se com essa questão, pela ausência do turismo como parte essencial hoje do governo Aécio Neves. O que podemos perceber é que o que temos de turismo em Minas Gerais advém quase sempre do Ministério do Turismo, por intermédio do Ministro Walfrido dos Mares Guia, que tem buscado incentivar o turismo em Minas Gerais, mas a partir do próprio Ministério do Turismo, pois carecemos de uma política de turismo em âmbito estadual, que é do que trata esse projeto.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Quero agradecer o aparte ao Deputado Rogério Correia. É a mais pura verdade quando relata a importância do turismo. Nesse final de semana participei do 1º Encontro das Locadoras de Veículos, em Araxá, e encontrava-se presente, como palestrante, o Ministro Walfrido dos Mares Guia, que apresentou os números relativos ao investimento no turismo. Realmente, o turismo é hoje no mundo inteiro o que mais gera empregos e renda, e, infelizmente, em governos anteriores não havia a mentalidade da importância disso. A prova disso é que no governo Lula, pela primeira vez na história, foi criado um ministério específico para discutir o turismo.

A primeira reunião com representantes de todas as regiões do Estado foi muito importante, pois o Estado tem de investir mais no turismo, tem

de acordar para essa realidade.

O turismo, como disse, gera emprego e renda, movimentando toda uma cadeia produtiva - hotéis, restaurantes, comércio, profissionais liberais e outros. Sabemos quanto o turismo é importante.

Como o tempo é pequeno, em outra oportunidade quero fazer uma explanação dos últimos números dos investimentos e dos empregos criados no País durante a gestão do governo Lula. Agradeço o aparte concedido pelo Deputado Rogério Correia e acho importante aprofundar-nos nesse debate. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Weliton Prado, é exatamente o que penso. De fato, o governo do Estado, infelizmente, está aquém da necessidade de investimento no turismo em Minas Gerais. Não estou aqui fazendo nenhuma crítica a nenhum Secretário responsável pela Pasta, muito pelo contrário, em especial a Secretária de Cultura merece todo o nosso respeito. Mas acho que existe uma falta de vontade política para que o turismo, sobretudo o turismo educativo, tenha a prioridade necessária no Estado. O acesso cultural, artístico e turístico é algo importante para a vida das pessoas, por isso o incentivo que estamos vendo em nível nacional precisa acontecer no Estado de Minas Gerais.

Acho que o Deputado George Hilton, com muita propriedade, apropriou-se do tema e depois vou fazer uma análise detalhada do que é o projeto. O projeto se preocupa exatamente com isso. O Deputado George Hilton tem razão ao propor esse incentivo ao turismo educativo. Aliás, alguns incentivos são fundamentais, mas não tem havido, por parte do Governador, nenhuma sensibilidade.

O Deputado Sargento Rodrigues, que está aqui conosco, é autor de uma lei da qual fui o relator, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública. Segurança pública é um dos maiores problemas, não só de Minas Gerais, como do País. Em São Paulo, depois de 16 anos sem cuidados com a segurança pública por parte dos governos, vemos hoje o PCC com ataques terríveis contra o Estado. Não incluímos aí o candidato a Presidente Alckmin. Os governos de São Paulo não cuidaram nem da educação nem da segurança pública. Por falta de incentivo à política de segurança pública durante anos a fio, São Paulo, infelizmente, encontra-se hoje em uma situação extremamente grave.

O projeto de lei do Deputado Sargento Rodrigues está mofando na gaveta da Presidência. Como parte da Mesa, já solicitei diversas vezes, assim como o Deputado Sargento Rodrigues, que esse projeto fosse colocado em votação, mas, como não tem o aval do governo do Estado para criar o Fundo de Segurança Pública, o projeto não é posto em votação pelo Presidente. Assim acontece também com a questão do turismo, que carece de uma política de incentivo, visto que não estávamos notando a presença dessa política como prioridade do governo Aécio Neves.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Queria complementar suas palavras, Deputado Rogério Correia, em relação a essa questão do fundo de segurança pública. Eu e o Deputado Sargento Rodrigues somos coordenadores da Frente Parlamentar pela Segurança Pública. Esta Casa realizou seis seminários regionais. O último foi realizado em Montes Claros, com uma participação muito intensa de vários segmentos da população e das instituições públicas. Esses seis seminários nos apontaram caminhos muito interessantes. Construímos diagnósticos diferenciados de acordo com as regiões. O problema do Norte é diferente do problema do Sul, que é diferente do do Vale do Jequitinhonha, que é diferente do do Vale do Mucuri, que é diferente do da Zona da Mata. Foram debates extremamente ricos, Sr. Presidente, que esta Casa promoveu. A Assembléia Legislativa está de parabéns. Nos dias 21, 22 e 23 de agosto entraremos na fase final desse seminário, em que teremos oportunidade de ter aqui os delegados eleitos nos seis seminários regionais e a inscrição institucional de vários outros delegados que estarão aqui na abertura, dia 21, e no dia 23, fazendo o fechamento com a plenária final e a votação do relatório.

Todas as propostas lá colocadas, Sr. Presidente e Deputado Rogério Correia, desde a integração do sistema de justiça criminal - a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Civil e a Polícia Militar - até os investimentos na capacitação de recursos humanos e o processo de interiorização, só serão concretizadas, especialmente em relação à prevenção, à educação integral e ao envolvimento da sociedade, se houver investimentos. Portanto o Fundo de Segurança Pública é o instrumento por meio do qual os recursos para a segurança pública chegarão a seu destino final.

Se analisarmos os dados de 2005, veremos que, apenas com a taxa de segurança, foram arrecadados cerca de R\$360.000.000,00, no entanto, somente R\$152.000.000,00 foram aplicados em segurança pública, ou seja, menos da metade do que foi arrecadado.

Deputado Rogério Correia, quando vemos a situação de São Paulo, com o PCC, e refletimos sobre a implicação dos problemas sociais em tudo isso e sobre a intranquilidade da população daquela cidade, constatamos que, no Estado, se investiu muito pouco na segurança pública.

E não se pode dizer que não há recursos, pois os temos. Apenas com a taxa de segurança pública, arrecadaram-se R\$360.000.000,00. Onde estão os outros quase R\$200.000.000,00 que não foram investidos? Por que não foram aplicados em segurança pública para evitar uma situação como a de São Paulo? No dia 21 deste mês, discutiremos essa situação. Será um momento fundamental.

Quero fazer também um comentário a respeito do Fundomic. Mais de 400 cidades de Minas ainda não possuem telefonia móvel. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. conhece várias cidades nessa situação. Ressalto que o telefone celular não é um artigo de luxo, mas de necessidade: o representante comercial precisa do celular em uma cidade pequena, assim como o turista, quando está em uma cidade do circuito turístico.

Esta Casa contribuiu muito ao tratar desse projeto de lei, que surgiu em uma audiência pública, realizada na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, quando fizemos uma discussão com representantes da Anatel e de algumas operadoras. Depois fizemos uma discussão à época da aprovação do projeto e tivemos emendas importantes, propiciando a participação dos usuários e dos Municípios na elaboração do projeto e do cronograma de aplicação e de extensão da telefonia celular dessas cidades, que, em sua maioria, são pequenas e ficam no interior do Estado.

Esta Casa teve muita importância na discussão do Fundomic e também na sua melhoria e aprovação final. Hoje Minas Gerais tem, para 2007 e 2008, uma programação para a instalação da telefonia celular nas cidades pequenas, que precisam sair de seu isolamento.

Corroborando a discussão do projeto de lei do Deputado George Hilton, que trata do turismo educativo, lembramos que isso inclui a comunicação, a transmissão de dados e a telefonia celular. A sanção do projeto pelo Governador, nesta terça-feira, traz-nos essa perspectiva, e reafirmo que esta Casa teve papel fundamental na melhoria do projeto. Ressalto ainda sua iniciativa de trazê-lo aqui, agindo com maior rapidez no envio, aprovação e sanção.

Portanto, Deputado Rogério Correia, a telefonia celular é fundamental para que o projeto do Deputado George Hilton tenha uma aplicação efetiva.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Edson Rezende.

Para elucidar a importância do projeto do Deputado George Hilton, comunico que, no parágrafo único, ele diz no que consiste o turismo educativo: "Turismo educativo consiste na elaboração e execução de excursões com roteiros de visitas para escolas, em locais programados, assegurando que cada escola participe pelo menos uma vez ao ano, dentro das normas jurídicas vigentes".

É, de fato, importante. Nós, Deputados, sabemos que são muitos os pedidos - embora alguns não cheguem a esta Casa - de escolas e estudantes para que consigamos ônibus para levá-los a locais escolhidos para excursão. O Deputado George Hilton estabelece esse turismo educativo. O Estado se incumbirá de fazer com que esses alunos tenham excursões em locais importantes para o aprendizado, tanto do ponto de vista cultural como do artístico. O projeto é de uma relevância muito grande. Será votado hoje. Espero que seja aprovado e o Governador o sancione.

O Governador sancionou um projeto de minha autoria, aprovado por unanimidade nesta Casa, o qual disciplina a criação de cães das raças que específica e dá outras providências. O projeto consiste em três partes. A primeira diz respeito a regras que os proprietários de cães de porte médio e grande devem obedecer para convivência dos cães, sem prejuízo para as pessoas, para que os cães não ataquem os seres humanos. Como vimos, era o que muito estava ocorrendo. É também um problema de segurança pública. Nessa parte, o projeto foi aprovado pelo Governador na íntegra. Deve haver comprovação de vacinas do animal, qualificação do vendedor e do proprietário, declaração da finalidade da criação e uma série de normas para condução em via pública desses cães, em especial os mais bravos.

A segunda parte do projeto diz respeito ao Disque-Cão, um serviço que será regulamentado pelo Governador - que terá 90 dias para isso - e, provavelmente, será o Corpo de Bombeiros o responsável pelo atendimento. Quando o cão que se encontra nas ruas das cidades do interior do Estado, em Belo Horizonte ou na região metropolitana, e ataca alguém, as pessoas que não sabem o que fazer poderão contar com o Disque-Cão, 0800, ligação gratuita, e o Corpo de Bombeiros oferece socorro, tomando providências quanto ao cão.

A terceira parte do projeto proíbe adoção, procriação e entrada de cães "pitbull" no Estado. O Governador sancionou-o, mas vetou o parágrafo único. Esse parágrafo prevê a esterilização do animal em idade de procriação, para efeito da proibição da raça do "pitbull" no Estado e sua procriação. Nessa parte, o Governador vetou a esterilização. Quanto a essa questão, alegou que ainda não tem uma posição definida, gostaria de discutir melhor, acenando que pode, até mesmo, na regulamentação, vir a concordar com o procedimento da esterilização.

Teremos um tempo para discutir esse veto, e peço aos Deputados a sua derrubada. Pretendo, se possível, conversar com o Governador para convencê-lo dessa necessidade. Não existe outra forma melhor de proibir a procriação que a esterilização.

Não há como colocar camisinha em "pitbull", não é Deputado Gil Pereira? A saída é a esterilização. Acho que faltou informação ao Governador. Em Belo Horizonte, já há condições de fazer 20 esterilizações por dia em cães e gatos de rua. Os cães são esterilizados, para controle populacional, a pedido da Sociedade Protetora dos Animais. Antigamente os cães eram eliminados em câmaras de gás, e a Sociedade solicitou à Prefeitura que trocasse pela esterilização, o que a Prefeitura tem feito.

Como o Governador concordou com a proibição da criação de cães da raça "pitbull" no Estado, a melhor forma de fazer isso é a esterilização. Quero convencê-lo, portanto, da justiça desse parágrafo único.

Desculpe-me de ter saído do assunto. Voltando ao tema turismo educativo, trata-se da elaboração e da execução de excursões com roteiro de visitas pelas escolas em locais programados, assegurando que cada uma participe pelo menos uma vez ao ano, conforme as normas jurídicas vigentes. Isso nos aliviará do papel de arrumar ônibus, o qual não é nosso, ficando o Estado responsável por isso. Como Deputados, poderemos fazer sugestões e indicações de escolas ao próprio Estado por meio dessa lei que votaremos em breve.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Rogério Correia e parablenizo o Deputado George Hilton pela iniciativa. Há uma emenda à Constituição, de nossa autoria, aprovada nesta Casa, que obriga a discussão sobre o turismo e sua importância nas grades curriculares. Na época, realizávamos o fórum "Caminho das Minas" e criamos a Comissão Permanente de Turismo. É um orgulho para o Parlamento mineiro ter levantado essa discussão, que culminou na criação da Secretaria de Turismo em Minas Gerais.

Há várias parcerias que estão sendo desenvolvidas com Minas Gerais ao lado do Ministro Walfrido. Por meio delas, construímos o Projeto Turismo Solidário, de autoria de Minas Gerais, da Secretaria Extraordinária, com foco no Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte. O Ministro Walfrido abraçou essa causa, levando-a para outras regiões do País. Trata-se de uma grande contribuição de Minas Gerais para a discussão e a execução do turismo no Brasil.

Deputado Rogério Correia, é importante que entendamos a concepção de turismo e o carinho e a dedicação do governo mineiro com essa matéria. Estamos consolidando circuitos, abrindo uma discussão regional para que se explore o turismo, e não o turista, e para que não haja mais a depredação ambiental dos nossos valores históricos e patrimoniais. Ou seja, estamos preparando a comunidade para isso.

Hoje estamos ainda mais alegres. O Governador está fazendo chegar asfalto em Montezuma, no Norte de Minas, onde há águas quentes. Hoje, publicou-se a parceria com o BID, que autoriza o DER, por exemplo, a licitar o asfalto que dará acesso a nossa querida Grão-Mogol, o que já reivindicamos há 10 anos. A cidade tem maravilhoso potencial histórico e, por meio de nossa iniciativa, tem o acesso à TV Assembléia, para que a sociedade mineira acompanhe todo o esforço do Parlamento.

O projeto do Deputado George Hilton, que absorve o trabalho dos estudantes, é muito importante; entretanto, como mestre em Turismo, recordo-me da experiência do Chile, país extremamente avançado na área. Ele iniciou essa discussão fazendo com que os próprios chilenos conhecessem sua terra por meio de um programa de incentivo à terceira idade, aos aposentados.

Somos solidários com os aposentados, que, com toda a sua história de vida como trabalhadores e contribuintes, hoje estão aqui clamando por seus direitos, para que, além da melhoria de renda, possam passear a custos mais adequados e, com isso, conhecer esta maravilha que são as regiões do Brasil. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Agradeço à Deputada Elbe Brandão, que, nesta Casa, onde somos colegas há dois mandatos, sempre foi uma batalhadora pelas causas da cultura e do turismo, parablenizando-a por essa preocupação sempre pertinente a seu mandato. Como a Deputada lembrou muito bem, constituímos há pouco a comissão permanente, cuja Presidência ficou a cargo do Deputado Gil Pereira, e, na gestão desta Mesa, tive o prazer de dar o parecer favorável a sua criação, que demonstra que também a Assembléia Legislativa tem essa preocupação.

Reconheço que há no Estado políticas de turismo que merecem o nosso aplauso, muitas delas fruto de sugestões da própria Deputada Elbe Brandão, mas acho que ainda ficam aquém do que o Estado poderia fazer. Sei que o Governador é avesso a críticas, e temos até de ter cuidado ao falar dele. Também não entendo o fechamento da imprensa para essas críticas, que até são veiculadas na TV Assembléia, mas que são proibidas em outros veículos de comunicação. Fazer críticas ao Governador é um perigo, e os Deputados me parecem até meio treinados - qualquer coisa que se fale sobre o Aécio é tomada como uma ofensa, e não se trata disso, são críticas construtivas, como essa. Em meu entender, foi feita aqui uma crítica em relação à falta de políticas sociais - falei do turismo, e o Deputado Edson Rezende, da segurança pública.

E podemos ainda falar da educação, já que se trata de turismo educativo. Em Minas, o salário-base de uma professora da 1ª à 4ª série é menor que o salário mínimo, o que, em meu entender, é um descaso evidente com a educação, já que estamos falando do 2º Estado mais rico do País. Isso é uma vergonha para o povo mineiro, e quero solidarizar-me, mais uma vez, com as professoras, assim como me solidarizo com os aposentados.

Gostaria de conceder um aparte ao Deputado Gil Pereira, para falar sobre o turismo educativo...

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Deputado Rogério Correia, estou em dúvida sobre a matéria que V. Exa. está discutindo em seu pronunciamento. Pediria a V. Exa. que se...

O Deputado Rogério Correia - Que me ativesse ao tema, Presidente?

O Sr. Presidente - É praticamente isso. Alguns Deputados me solicitaram que fizesse essa lembrança a V. Exa.

O Deputado Rogério Correia - Pois não. Isso é regimental, e acato, não a sugestão, mas o Regimento Interno, que V. Exa. me cobra, e vou-me ater ao tema. Se bem que, se o tema é turismo educativo, a educação não pode ser esquecida, e as professoras merecem que lembremos sempre, em nossos pronunciamentos, que o Governador as tem tratado de forma secundária, sem a valorização que deveriam ter.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Rogério Correia, parabenizando-o pela discussão do Projeto nº 2.675, de nosso colega de partido, Deputado George Hilton.

Mas quero falar sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade das Leis nºs 12.618, de 1997, de nossa autoria, e 6.103, de 1998, do Pará, que dispõem sobre a utilização de motocicletas para o transporte remunerado de passageiros, os mototáxis. A ação de inconstitucionalidade foi dada no dia 1º de agosto.

A ação da Assembléia de Minas foi pioneira, porque o mototáxi existe em todo o País, às vezes de maneira regulamentada, como tentamos fazer aqui.

E nove anos já se passaram. Criamos mais de 100 mil empregos. Só na nossa Montes Claros existem mais de 5 mil mototaxistas. São 5 mil empregos diretos, fora os existentes em todas as outras cidades do Norte de Minas. É uma classe que hoje mostra uma pujança não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil.

De qualquer forma, o STF declarou a inconstitucionalidade. Estou apresentando um requerimento e gostaria do apoio de nossa Presidência, da Mesa e de todos os Deputados. Declarou a inconstitucionalidade, disse que isso é de autonomia do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado. E existe um projeto de autoria do Deputado Federal Vadinho Baião, do PT, que já está tramitando, referente à profissão dos mototaxistas em todo o País. Da mesma forma, no Senado há um projeto da Senadora Fátima Cleide, de Roraima, também do PT, que já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais e vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fiquei muito alegre porque, de acordo com o Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, o projeto já está tramitando em caráter conclusivo, ou seja, não precisa ir a Plenário para a aprovação.

Quero que esta Casa faça uma moção de unanimidade, pedindo ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Aldo Rebelo, pessoa sensível às causas sociais, que determine procedimentos para a aprovação desse projeto - da maior importância - do Deputado Vadinho Baião, para que tenhamos isso regulamentado em âmbito nacional e não percamos a continuação do trabalho que a Assembléia de Minas Gerais fez no ano de 1997, que foi sancionado e, há nove anos, tem regulamentação pelas Câmaras Municipais do Estado. São mais de 100 mil empregos que clamam por Minas Gerais, para que a Câmara Federal, especialmente o Presidente Aldo Rebelo, dêem por conclusivo e sancionem esse projeto do Deputado Vadinho Baião, para dar continuação a isso em Minas Gerais e em nosso país, que necessita de muitos empregos.

Muito obrigado, Deputado Rogério Correia, pela oportunidade, e, mais uma vez, nós o apoiamos.

Concluindo, obrigado, além da Lei nº 12.618, de 1997, de mototáxis, também aprovamos outra lei, de isenção do IPVA dos mototaxistas. Então, assim como os taxistas, os mototaxistas também são isentos de pagar o IPVA em nosso Estado. Queremos que o Congresso Nacional, na Câmara, possa dar isso como decidido e acabe essa ação de inconstitucionalidade votada no dia 1º de agosto.

Muito obrigado. Quero parabenizar toda a classe de mototaxistas, em especial de Montes Claros, do Norte de Minas, que está trabalhando com seriedade, dando não só a comida, mas a educação a seus filhos, por meio desse serviço que a Assembléia Legislativa criou para todo o Estado, com muita dignidade.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Gil Pereira. V. Exa. está de parabéns. Acompanho a luta de V. Exa. a partir de Montes Claros; e não é só lá. O mototáxi foi uma das grandes novidades em Montes Claros, Município pioneiro nessa questão. V. Exa. sempre foi um lutador por essa causa. Quero parabenizá-lo e dizer que estamos solidários com os mototaxistas. Espero poder contribuir junto ao Presidente Aldo Rebelo e aos Deputados Federais. Dois projetos são de autoria de membros do PT, solidários com a luta de V. Exa. Parabéns!

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Obrigado a V. Exa. Quero parabenizá-lo pela discussão do Projeto nº 2.675, do Deputado George Hilton, importante para Minas, particularmente para o setor turístico de nosso Estado.

Gostaria, ilustre Deputado Rogério Correia, com essa deferência especial que V. Exa. me concede, de trazer uma reflexão profunda com a qual, tenho certeza absoluta, V. Exa. e toda esta Casa têm comungado e vivido nos últimos dias, vivenciando em nossos lares.

Não há quem não esteja sentindo uma profunda tristeza ao acompanhar, pela televisão, a todo instante, as chocantes cenas de morte, dor e sofrimento do povo libanês. São cenas que se passam num cenário de guerra cruel, sangrenta e devastadora. Inconcebível e incompreensível entendê-la neste mundo moderno tão globalizado.

Aqui não julgarei o mérito nem irei deter-me na análise das causas ou razões históricas, religiosas ou econômicas que deram origem a esse conflito armado. Apenas direi que compareço à tribuna desta Casa, convocado pelo dever que me confere a representação do povo mineiro, para tributar a minha solidariedade ao povo libanês e a sua imensa colônia que se espalha por todas as cidades do nosso Estado, a que sempre me liguei e também dediquei um carinho sem limites. Apresento, por isso, minha solidariedade neste momento de dor e sofrimento que atinge todas as famílias libanesas de Minas Gerais e todos os mineiros que delas descendem.

Com esse sentimento, resgato das páginas da nossa história a contribuição marcante que os imigrantes libaneses e seus descendentes trouxeram e trazem ao desenvolvimento da nossa nacionalidade, em razão da assimilação natural dos libaneses ao nosso povo, aos nossos costumes e a nossa cultura.

Como já tive oportunidade de ressaltar, por ocasião de reunião especial realizada neste Plenário, em que, juntamente com o Deputado Fahim Sawan, homenageamos os 125 anos da imigração libanesa no Brasil, para cada uma das famílias pioneiras de imigrantes libaneses que chegaram em nossa terra, é mister que se lembre a figura dos seus grandes patriarcas libaneses. Foram eles homens de forte liderança familiar, que inspiraram gerações e gerações dos seus descendentes, pelos seus exemplos e pelo rigor de uma cultura rica de tradições milenares. Isso garantiu a essa imensa colônia presença tão marcante em todos os setores da sociedade brasileira.

Em muito, a contribuição libanesa, por seus multiplicados descendentes, confunde-se, sobretudo, com a história do desenvolvimento comercial e industrial do nosso país. Para nosso orgulho, vemos hoje os brasileiros de origem libanesa em todos os lugares. Impõem-se, entre nós, pela disposição ao trabalho correto e sério. São comerciantes, industriais, professores, escritores, políticos, militares, mulheres e homens empreendedores, atuando no mundo empresarial ou dedicando-se às funções públicas em nosso país. Vemo-los na agricultura, na política, nas letras, nas artes, no jornalismo, nas pesquisas, trabalhando em fábricas, escolas, hospitais, quartéis e órgãos públicos. Vejo-os em todos os lugares por onde ando e passo. Isso porque as sementes da imigração libanesa foram de ótima qualidade e acabaram por elevar bem alto as árvores genealógicas das famílias brasileiras com a sua ascendência.

São artífices solidários, junto a todos nós, brasileiros, na construção do desenvolvimento socioeconômico do País e do nosso Estado, porque aprenderam com seus familiares e herdaram de seus antepassados a obstinação pelo trabalho, a determinação em ousar, a retidão pelo empreendimento, o respeito às leis e, sobretudo, o amor à liberdade. Não abdicaram dos velhos valores, trazidos para cá pelos seus patriarcas. Deles conservam os melhores valores da vida, eminentemente sociais e predominantemente culturais.

Hoje fazem parte do nosso povo, pois são brasileiros como todos nós. Vitoriosos na conquista de posições dentro da sociedade, aprenderam a usar a inteligência herdada, associada à disposição ao trabalho, mercê do enfrentamento dos desafios da vida. Moralidade, disponibilidade e dignidade são os traços que impõem a sua convivência e balizam seus destinos entre nós.

Na verdade, o Brasil é hoje mais libanês que o próprio Líbano, em razão de estarem aqui 6 milhões de libaneses e descendentes, comparados aos 3.800.000 libaneses que vivem naquele país do Oriente Médio, em um território de exíguos 10.230km², correspondente à metade da área do menor Estado brasileiro, o Sergipe.

Sr. Presidente, retorno às minhas reflexões, para ressaltar desta tribuna a importante presença libanesa no Estado e da sociedade brasileira, perguntando-me por que ela é tão significativa e tão marcante: justamente porque os libaneses possuem uma consciência coletiva de respeito e admiração ao nosso povo, à sua cultura e um profundo amor ao nosso país, que os recebeu e os recebe, até hoje, com a cordialidade tão característica do povo brasileiro.

Aqui está talvez a eloqüente prova disso. Bem próximos de nós, vemos companheiros que honram a política mineira com nomes e sobrenomes libaneses. Personalidades do maior destaque, que granjeiam e dignificam o respeito e a admiração de todos nós, parlamentares, que temos assento nesta Casa e no parlamento brasileiro.

Nomes como os dos Deputados Ibrahim Abi-Ackel, Mário Assad Filho, Elias Murad, Agostinho Patrus, Kemil Kumaira, Fahim Sawan, Michel Temer, Senadores Rames Tebet, Romeu Tuma, entre tantos.

Sr. Presidente, vista daqui do Brasil, a destruição provocada por essa guerra causa-nos perplexidade. Muito valerá se o esforço da diplomacia mundial conseguir pôr termo a esse conflito armado. Urgente é que se busque e se consiga a volta da paz em região tão densamente povoada.

Vale tudo isso dizer para mostrar que a diplomacia terá de encontrar soluções que paralise esse conflito. Há que serem usados urgentemente caminhos do entendimento, do diálogo, das negociações multinacionais, para que sejam despertados os dirigentes mundiais, forçando-os a assumir posições e ações de paz emocionalmente controladas e inteligentemente negociadas.

É isso o que se espera da ONU: a liderança nessas ações. Não é possível acreditar, ou é muito difícil aceitar que a diplomacia internacional não tenha encontrado até agora os espaços medianos que se limitam entre os extremos das posições radicais. Estou certo de que isso ocorrerá, porque é urgente que assim ocorra. Árabes e judeus precisam voltar a conviver sob clima de paz e cordialidade fraterna.

Serei aquele, Sr. Presidente, que esperará, como todos os brasileiros, uma solução rápida que ponha fim a essa guerra, sobretudo porque ela se alastra pelos mesmos altiplanos das terras por onde pisava o Filho de Deus, Jesus Cristo, quando ensinava a todos o caminho, a verdade e a vida e quando mostrava aos homens a forma pela qual podem e devem viver: em paz e harmonia.

Ao comparecer hoje a esta tribuna, faço-o com grande tristeza, externando o meu mais profundo pesar e a minha mais sentida solidariedade à imensa colônia libanesa de Minas Gerais pelas mortes ocorridas nesta guerra que ceifa de forma brutal e desumana a vida de seus parentes e conterrâneos que moram no Líbano.

A todos esses mineiros, a nossa solidariedade em nome do parlamento mineiro e desta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado pela especialíssima deferência que V. Exa. me concedeu, Deputado Rogério Correia, neste momento importante em que o Líbano passa por todas essas dificuldades. Acredito que seja também o sentimento de V. Exa. e de toda esta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro. Com certeza, é também o meu sentimento. Externei da tribuna minha solidariedade com o povo libanês e o povo palestino, que têm sido atacados pelo Estado de Israel, mas a mando, evidentemente, dos Estados Unidos da América do Norte.

Infelizmente, o dedo do imperialismo está presente no Oriente Médio, alimentando a guerra, ao invés de fazer uma real defesa da paz.

Os Estados Unidos se utilizam do Estado de Israel para fazer com que, no Oriente Médio, ao invés da paz, haja a guerra, ao invés da fraternidade, a disputa. Há muito tempo, esse, infelizmente, tem sido o papel dos Estados Unidos no Oriente Médio. Foi assim que agiu com o Afeganistão e com o Iraque; é assim que age, por via de Israel, com a Palestina e com o Líbano, e ameaça agir com o Irã.

Externo a minha solidariedade ao povo árabe. Tenho com o povo palestino, com o povo árabe, de maneira geral, estreita ligação. Sou-lhes solidário, pois compreendo que lutam pela liberdade. Como o povo brasileiro, buscam a igualdade. Ou seja, a luta do nosso povo é muito

semelhante à do povo árabe.

Fui sócio do Clube Sírio-Libanês, em virtude da proximidade que tenho com seu povo. Portanto, externo minha solidariedade à colônia árabe, em especial aos libaneses que estão sendo atacados, bem como aos palestinos. Parabeno o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo seu pronunciamento.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, antes de falar do projeto, congratulo-me com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. A Assembléia Legislativa já tem manifestado sua posição política, sua solidariedade. É inadmissível convivermos com a barbárie.

Externo nossa solidariedade à colônia libanesa, que compartilha e participa da vida cultural, social, política e econômica, não só de Belo Horizonte, mas também de todo o Estado.

Deputado Rogério Correia, o Projeto de Lei nº 2.675, que dispõe sobre a política estadual de incentivo ao turismo educativo, é muito importante; logo, quero fazer uma abordagem da sua importância, pela ótica de uma frente que, como parlamentar desta Casa, tenho a responsabilidade de coordenar: a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sabemos que, infelizmente, muitas vezes, o turismo predatório - o que não respeita o cidadão, a família - pode ser um vetor da prática do turismo sexual. Refiro-me ao deslocamento de pessoas para locais em que há esquemas previamente montados para a prática de orgias, bem como para o aproveitamento de crianças e adolescentes em atividades aviltantes. Trata-se, muitas vezes, de meninas menores de idade, que servem ao tráfico internacional. Sabe-se que muitas mulheres são transportadas para outros países com essa finalidade. Então, é muito importante que o turismo educativo vise a conscientizar a população, denunciando qualquer forma de turismo sexual. É inadmissível que crianças e adolescentes sejam envolvidos nessa prática, que avilta a dignidade da família e da mulher.

No que se refere a essa questão, Deputado Rogério Correia, V. Exa. foi um dos parlamentares mais atuantes. Na verdade, foi um dos articuladores da frente parlamentar; na legislatura anterior, foi Presidente de uma comissão que apurou fatos, estudou e trabalhou na linha de combate à violência e à exploração sexual em Minas Gerais. Esse trabalho, aliás, é reconhecido hoje em âmbito nacional.

Tendo em vista as ações preventivas, o investimento do poder público nas políticas sociais é muito importante. Atualmente, contamos com um instrumento fundamental: o Fundo para Infância e Adolescência - FIA. Além disso, possuímos o mecanismo da renúncia fiscal; logo, cada pessoa jurídica poderá destinar diretamente ao FIA até 1% do Imposto de Renda devido, enquanto a pessoa física poderá destinar até 6%.

Hoje, por coincidência, ao tratarmos desse assunto, oportunidade em que discutíamos o turismo em Minas, estivemos com a responsável pela Receita Federal em Minas Gerais, Dra. Leda, e solicitamos a participação da Receita, com o Conselho Estadual, a Assembléia Legislativa, a Telemig Celular, o Ministério Público, por meio da Promotora Maria de Lourdes, e várias ONGs, na importante campanha Fundo Amigo da Criança.

No dia 10/10/2006, lançaremos o dia estadual de recolhimento de Imposto de Renda devido para o Fundo da Criança. Neste momento, o Sr. Marcus Fuchs, do Instituto Telemig Celular, está reunido com todos os conselhos estaduais da criança. Queremos transformar esse dia em uma data nacional por meio da ação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Assembléia Legislativa, no dia 11, seja sede de uma reunião sobre essa questão. Encaminhamos cartas às associações dos servidores, às cooperativas, aos Deputados e aos servidores da Assembléia, para que também se engajem nessa campanha. Em vez de os recursos serem destinados ao caixa único do Tesouro, iriam para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Apresentei um projeto de lei que cria o Dia Estadual do Fundo Amigo da Criança. O dia 10 de outubro se transformará em uma data nacional, que deverá ser específica para o recolhimento de recursos para a criança e o adolescente. Fizemos à Dra. Leda, que nos acolheu muito bem, outra solicitação para que as mercadorias apreendidas pela Receita Federal em Minas sejam doadas ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essas mercadorias ficam em galpões ou depósitos. Claro que deve haver a liberação plena da justiça, mas, muitas vezes, quando liberadas, poderiam ser doadas, com critérios e legalidade, a ONGs e ao próprio Conselho Estadual da Criança.

Sabendo da excelente audiência da TV Assembléia, convocamos todos os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente para que se engajem no Dia Estadual de Doação do Imposto de Renda Devido para o Fundo para Infância e Adolescência - FIA. A partir desses recursos, poderemos ter ações preventivas na educação, na jornada escolar integral, na educação infantil, no primeiro emprego e na profissionalização do jovem.

Temos ainda de banir, de vez, o turismo sexual, que avilta as crianças e os adolescentes brasileiros. Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado André Quintão. V. Exa. também abordou o turismo sexual, que queremos banir do Brasil e de Minas Gerais. O Deputado André Quintão é o Presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, da qual também faço parte. Neste mandato, somos parceiros nessa defesa. Parabeno o Deputado André Quintão pelo belíssimo trabalho em defesa da criança e do adolescente, junto aos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente e os Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente. Aliás, em Minas Gerais e no Brasil, esses conselhos tiveram grande avanço a partir de intervenções corretas feitas especialmente pelo governo federal e pelo Ministério Público, que ordenou que, em cada Município, houvesse o Conselho. Ele fiscaliza diariamente a existência do Conselho.

Muitas Prefeituras ainda não entenderam a importância do Conselho, então, muitas vezes, não lhe dão a devida importância e não lhe oferecem equipamentos, carros e telefones. A Telemig Celular tem feito um belíssimo trabalho junto aos Conselhos. O Deputado André Quintão é um dos Deputados que mais se preocupam com essa questão no dia-a-dia da nossa Assembléia Legislativa. Parabeno-o pela intervenção e pela lembrança da nossa discussão sobre o incentivo ao turismo educativo. Também queremos impedir o turismo sexual.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Obrigado pelo aparte, Deputado Rogério Correia. Estou indignado e perplexo diante da publicação do veto do governo do Estado a um projeto de nossa autoria, que tem grande alcance social e foi amplamente debatido por todos os Deputados desta Casa no Plenário, nas comissões, nas escolas, com os estudantes e a sociedade. A proposta descentraliza a confecção da carteira de identidade, permitindo que seja feita diretamente nas escolas, beneficiando 7 milhões de estudantes em todo o Estado de Minas Gerais. Não somente os estudantes, mas toda a população tem dificuldade de acesso ao documento, às vezes é preciso ficar horas e horas em filas no Psiu. Em muitas cidades do interior, o cidadão tem de pegar ônibus para ir a outra cidade, para fazer a carteira. O nosso projeto facilitaria a vida dos estudantes e acabaria com a burocracia. Temos uma nota técnica do governo favorável ao projeto, que foi tema de debate e acordo por parte da base de governo, para que fosse aprovado e sancionado. Infelizmente fomos surpreendidos pelo veto do Governador, afirmando não haver condições para confeccionar o documento nas escolas. Para isso não há condições, mas, para gastar mais de R\$100.000.000,00 com publicidade, há condições; para suplementar a verba de publicidade, há dinheiro! A Cemig e a Copasa têm dinheiro! Não há problema em aumentar em mais de 30% a taxa de energia elétrica, ou seja, bem acima dos índices inflacionários! Pode haver aumento do IPVA e de outros impostos; pode se criar a taxa de incêndio e fazer cobrança até para chamar a polícia - conseguimos impedir essa cobrança. E agora o

Governador veta um projeto dessa natureza, que beneficiará estudantes de todas as regiões do Estado, por meio da confecção da carteira de identidade diretamente nas escolas. Ele diz que isso não é possível e veta projeto que tramitou nas comissões, foi aprovado pela ampla maioria dos Deputados. Portanto foi um desrespeito a esta Casa. Infelizmente ficamos surpreendidos e chateados com o veto a um projeto tão bom. Realmente, não conseguimos compreender os motivos que o levaram a vetar projeto tão importante como esse, especialmente durante o período eleitoral. Gostaria de contar com o apoio do Deputado Rogério e dos demais Deputados desta Casa, para que possamos derrubar esse veto. A Assembléia Legislativa tem autonomia para isso. Que o projeto possa virar lei e que os estudantes sejam beneficiados com a confecção do documento nas escolas. Ao falar em escolas, concordo com que o Deputado disse: o professor continua recebendo menos que um salário mínimo. Os servidores do Estado de Minas Gerais têm os piores salários do País. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Weliton Prado. No caso do seu projeto, talvez esteja havendo perseguição, não é? Fazemos oposição ao governo e vemos vetos inexplicáveis, como aquele ao parágrafo único do artigo referente ao "pitbull". Se a existência da raça está proibida, é preciso haver esterilização. E esse dispositivo foi vetado. Vamos conversar com o Governador, mas, a princípio, parece que há algum tipo de perseguição.

*- Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/8/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando Rita de Mattos Carneiro Rolon do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, da Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, alterada pela Resolução nº 5.215, de 19/7/2004, e regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.348, de 17/11/2004, e à vista do parecer da Mesa da Assembléia, de 8/8/2006, resolve conceder a servidora Jane Alves Valeriano, matrícula 2.761/8, a partir de 1º/1/2006, progressão do padrão de vencimento AN-21, classe III, para o padrão de vencimento AN-22, classe III, nos termos do art. 48 da Deliberação da Mesa nº 2.348, de 17/11/2004.

Nos termos do disposto no art. 103 da Constituição da República então vigente, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/69, c/c o art. 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 51, de 20/12/85, observadas, ainda, a Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, a Lei nº 9.384, de 18/12/86, e a Lei nº 8.443, de 6/10/83, assinou o seguinte ato:

aposentando compulsoriamente, a partir de 19/6/87, o servidor Octávio Antônio de Moura, ocupante do cargo de Agente de Segurança, símbolo V-25, do Quadro Permanente desta Secretaria, ficando retificado o Ato da Mesa publicado no Minas Gerais de 22/7/87.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 25/8/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de veículos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Serviços e Instalações Alves Ltda. Objeto: contratação de empresa especializada para confecção, substituição e instalação de corrimãos e guarda-corpos nas dependências da contratante. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900. Licitação: Pregão Presencial nº 65/2005.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Constel - Consultoria em Telecomunicações e Serviços Ltda. Objeto: consultoria em telecomunicações. Objeto deste aditamento: prorrogação CTO/68/05, com alteração quantitativa do objeto em 25%. Vigência: um ano ou até que cesse a implantação do novo sistema de telefonia. Dotação orçamentária: 33903900.